à aquisição de materiais diversos de segurança para o Tribunal de Justiça. Para tanto, foi juntado o mapa de preços (doc. 0117260) e a minuta de edital (doc. 0128735) que traz a justificativa da contratação no item 2 do Termo de Referência (doc. 0102057).

A Assessoria Jurídica, no que sua competência alcança, opina pela aprovação da minuta, desde que atendidas as recomendações constantes do Parecer ASJUR nº 397/2016 (doc. 0125080) e Despacho (doc. 0138812).

A Diretoria de Logística informa que as recomendações foram implementadas, manifestando-se pela deflagração do certame (doc. 0139872).

Destarte, cumpridos os requisitos legais e ciente da necessidade da contratação, AUTORIZO a abertura do certame.

Por se tratar de mero registro de preços, fica dispensada informação de disponibilidade orçamentária, assim como a declaração de adequação de que trata a Lei Complementar n. 101/2000, art. 16.

Encaminhe-se o feito à CPL, para as providências correspondentes. Publique-se.

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora **Maria CEZARINETE de S. Augusto ANGELIM**, Presidente, em 28/11/2016, às 20:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Processo Administrativo nº:0006212-77.2016.8.01.0000

Local:Rio Branco

Unidade:CPL

Requerente:Diretoria de Logística

Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Assunto:Prestação de serviços de decoração e ambientação de espaços em locais de solenidade e eventos do TJAC.

DECISÃO

Trata-se de proposta de abertura da fase externa de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com a finalidade de registrar preços visando à prestação de serviços de decoração e ambientação de espaços em locais de solenidade e eventos do TJAC.

Para tanto, foi juntado o mapa de preços (doc. 0125844) e a minuta de edital (doc. 0129823) que traz a justificativa da contratação no item 3 do Termo de Referência (doc. 0115516).

A Assessoria Jurídica, no que sua competência alcança, opina pela aprovação da minuta, desde que atendidas as recomendações constantes do Parecer ASJUR nº 427/2016 (doc. 0132203).

A Diretoria de Logística informa que as recomendações foram implementadas, manifestando-se pela deflagração do certame (doc. 0139948).

Destarte, cumpridos os requisitos legais e ciente da necessidade da contratação, AUTORIZO a abertura do certame.

Por se tratar de mero registro de preços, fica dispensada informação de disponibilidade orçamentária, assim como a declaração de adequação de que trata a Lei Complementar n. 101/2000, art. 16.

Encaminhe-se o feito à CPL, para as providências correspondentes. Publique-se.

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora **Maria CEZARINETE de S. Augusto ANGELIM**, Presidente, em 28/11/2016, às 20:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Processo Administrativo nº	: 0005162-16.2016.8.01.0000
Local	: Rio Branco
Unidade	: CPL
Requerente	: Diretoria Regional do Vale do Acre
Requerido	: Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Assunto	: Contratação de empresa de engenharia, para, sob demanda, prestar serviço de manutenção predial corretiva, com fornecimento de materiais e mão de obra, sempre que necessários, sob regime de empreitada por preço unitário, para atender às demandas existentes ou que venham a ocorrer nos imóveis do Tribunal de Justiça nas comarcas do interior do Estado, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI

DECISÃO LICITAÇÃO FRACASSADA

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente as Leis Federais 10.520/2002 e 8.666/1993, bem como demais legislações aplicáveis, à vista das razões transcritas na Ata de realização do certame, resolve:

1. DECLARAR A LICITAÇÃO FRACASSADA:

Nº do Processo	0005162-16.2016
Edital de Licitação	55/2016

Modalidade	Pregão Eletrônico
Data da Licitação	24/11/2016
Objeto	Contratação de empresa de engenharia, para, sob demanda, prestar serviço de manutenção predial corretiva, com fornecimento de materiais e mão de obra, sempre que necessários, sob regime de empreitada por preço unitário, para atender às demandas existentes ou que venham a ocorrer nos imóveis do Tribunal de Justiça nas comarcas do interior do Estado, em Plácido de Castro, Capixaba, Acrelândia, Vila Campinas, Senador Guimard, Bujari e Porto Acre, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, conforme Termo de Referência do Edital.

2. DETERMINAR A REPETIÇÃO DO CERTAME

À DILOG para providências. Publique-se.

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora **Maria CEZARINETE de S. Augusto ANGELIM**, Presidente, em 28/11/2016, às 20:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

PORTARIA N.º 22/2016

A Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Acre, Desembargadora **Regina Ferrari**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que compete à Corregedoria Geral da Justiça fiscalizar os procedimentos praticados nos Serviços Notariais e de Registros;

Considerando o preceito inserto no art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 221, de 30 de dezembro de 2010 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Acre);

Considerando as impropriedades identificadas no âmbito das Serventias Extrajudiciais da Comarca de Mâncio Lima durante as atividades da Correição Geral Ordinária do exercício de 2016 quanto à prestação dos serviços notariais e de registro, (documentos jungidos ao Pedido de Providências nº 0006647-51.2016.8.01.0000, cadastrados sob os IDs nº 0105756, nº 0105758, nº 0120676 e nº 0105970);

Considerando o descumprimento de normas proferidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pela Corregedoria-Geral da Justiça acerca do cronograma para carga dos registro da Central de Registro Civil;

Considerando o descumprimento das regras insertas nos artigos 202, 210 e 211, todos do Provimento COGER nº 10/2016 (Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Acre) quanto à descrição dos atos quando da aplicação dos selos de autenticação;

Considerando que algumas das incongruências identificadas foram objeto de recomendação após a realização das atividades correccionais durante o exercício de 2015, não sendo saneadas pela Titular da unidade extrajudicial;

Considerando que a Delegatária das Serventias Extrajudiciais da Comarca de Mâncio Lima confessa que os serviços notariais e de registro são prestados pelos prepostos designados, por meio de mensagens, correspondências eletrônicas, ou mesmo por telefone, em razão de residir na cidade de Porto Velho-RO;

Considerando que muitas das impropriedades identificadas decorrem exatamente da falta de técnica jurídica daqueles que os praticaram, aliado às constantes ausências da Titular das Serventias Extrajudiciais da Comarca de Mâncio Lima;

Considerando que a reiteração da conduta desidiosa da Titular das Serventias Extrajudiciais da Comarca de Mâncio Lima importa em diversos prejuízos à segurança jurídica dos atos notariais e de registro praticados na unidade extrajudicial,

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade de infrações tipificadas, em princípio, nos incisos I e V, do artigo 31, da Lei nº 8.935/94, imputadas a Titular das Serventias Extrajudiciais da Comarca de Mâncio Lima, Sharon Cardoso Cândido de Oliveira, conforme fatos consignados nos documentos que integram o presente ato administrativo, estando a Requerida, em tese, sujeita a qualquer das penas descritas no artigo 32 da Lei nº 8.935/94.